



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Av. Rio Branco, 243, Anexo II, 11º andar - Bairro: Centro - CEP: 20040-009 - Fone: ((21)3218-8194 - www.jfrj.jus.br -
Email: 19vf@jfrj.jus.br

PROCEDIMENTO COMUM Nº 5001629-85.2019.4.02.5101/RJ

AUTOR: [REDAZIDA]

RÉU: [REDAZIDA]

RÉU: [REDAZIDA]

DESPACHO/DECISÃO

[REDAZIDA] ajuíza Ação Ordinária, com pedido de tutela de urgência, em face da União Federal (Ministério da Saúde) e da [REDAZIDA] [REDAZIDA] “determinando às RÉS que se abstenham imediatamente de fazer incidir o teto do art. 37, XI da CF/88 sobre as matrículas cumuladas, fixando-se, nos termos do artigo 77, IV, do Estatuto Processual Civil, multa diária no caso de descumprimento da ordem no prazo assinado, bem como, desde já, a advertência de que a recusa no cumprimento da ordem judicial constitui, em tese, crime de desobediência.”

A autora alega, em suma, que: é medica pertencente aos quadros do Ministério da Saúde e da UFRJ; percebe cumulativamente e de forma lícita (art. 37, XVI, c, da CF/88) provento acrescido de vantagens junto ao MS e vencimento acrescido de vantagens junto à UFRJ; as rés vêm fazendo incidir o teto constitucional previsto no art. 37, XI, da CF/88 sobre a soma das remunerações; com a rubrica abate teto, a 1ª ré/UF desconta mensalmente R\$ 1.283,93 e a 2ª ré/UFRJ R\$ 7.138,72, perfazendo o total de R\$ 8.422,65 mensais; as rés consideram para fins de limitação ao teto a somas das duas matrículas titularizadas pela parte autora, fato que deságua em flagrante ilegalidade, uma vez que para fins de incidência do teto previsto no artigo 37, XI da CF/88 devem ser considerados os valores brutos isoladamente, ou seja, relativos a cada uma das matrículas, e não a soma como fazem as rés, conforme linha decisória do STF no julgamento dos RExt nºs 602043 e 612975, fixando-se a tese no Tema 384. Daí o pedido.

A autora requer o benefício da prioridade na tramitação processual por ser pessoa idosa.

É o relatório.

1. Inicialmente, considerando que a autora tem idade igual ou superior a 60 anos, conforme comprovação nos autos (fl. 08), fica concedida a prioridade na tramitação do feito, nos termos do art. 1048, I, da Lei nº 13.105/2015. Providencie a Secretaria a identificação nos autos da obtenção do mencionado benefício, de modo que todos os atos e diligências tenham andamento preferencial.

2. A Autora é medica pertencente aos quadros do Ministério da Saúde e da UFRJ e percebe cumulativamente e de forma lícita (art. 37, XVI, c, da CF/88) proventos junto ao MS e vencimento proveniente do cargo ocupado junto à [REDAZIDA]. Alega que as rés vêm



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

fazendo incidir o teto constitucional previsto no art. 37, XI, da CF/88 sobre a soma das remunerações, sob a rubrica abate teto, perfazendo o total de R\$ 8.422,65 mensais.

A Constituição da República estabelece no artigo 37, inciso XI, e 40, § 13, com a redação dada pela Emenda 41/2003, o teto remuneratório dos agentes públicos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

Todavia, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos RE 602043/MT e 612975/MT, analisou os “Temas 377 e 384” para decidir o alcance da incidência do teto remuneratório no caso de cumulação de cargos públicos e no caso de servidores já ocupantes de dois cargos públicos antes da vigência da Emenda Constitucional 41/2003, assim entendeu, em sede de repercussão geral:

“Nos casos autorizados, constitucionalmente, de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.”

Também, não se pode olvidar da existência de precedentes dos tribunais superiores que, interpretando sistematicamente a Constituição, manifestaram entendimento no sentido de que, nas hipóteses admitidas de acumulação de cargos, a Constituição não veda a percepção de valores acima do teto constitucional, devendo ser considerada individualmente a remuneração paga por cada órgão empregador para fins de abate teto.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Esse entendimento teve como premissa o fato de que a Constituição, ao possibilitar a acumulação de cargos, inclusive para aqueles que já percebem remuneração equivalente ao teto constitucional, não poderia vedar o recebimento da respectiva remuneração pelo serviço prestado, ainda que ultrapassado o teto, sob pena de enriquecimento indevido do órgão empregador, entendimento que se aplica também às aposentadorias.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. QUESTÃO DE ORDEM. MATÉRIA SUBMETIDA AO CRIVO DA PRIMEIRA SEÇÃO DESTE SUPERIOR TRIBUNAL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CUMULAÇÃO DE CARGOS PERMITIDA CONSTITUCIONALMENTE. CARGOS CONSIDERADOS, ISOLADAMENTE, PARA APLICAÇÃO DO TETO REMUNERATÓRIO.

1. "Tratando-se de cumulação legítima de cargos, a remuneração do servidor público não se submete ao teto constitucional, devendo os cargos, para este fim, ser considerados isoladamente". (Precedentes: AgRg no RMS 33.100/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJe 15/05/2013 e RMS 38.682/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 05/11/2012).

2. Recurso ordinário em mandado de segurança provido.

(STJ, RMS 33.171/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/02/2016, DJe 04/03/2016)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. CUMULAÇÃO LEGÍTIMA. CARGOS CONSIDERADOS ISOLADAMENTE PARA A INCIDÊNCIA DO TETO CONSTITUCIONAL REMUNERATÓRIO.

1. A jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de que em se tratando de cumulação legítima de cargos, a remuneração do servidor público não se submete ao teto constitucional, devendo os cargos, para este fim, ser considerados isoladamente. Precedentes: AgRg no RMS 32.917/DF, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 30/3/2015; RMS 40.895/TO, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 26/9/2014; AgRg no AgRg no RMS 33.100/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 15/5/2013.

2. Agravo regimental não provido.

(STJ, AgRg no RMS 45.937/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/11/2015, DJe 17/11/2015)



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
19ª Vara Federal do Rio de Janeiro

CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, RECONSIDERANDO DECISÃO ANTERIOR, DEU PROVIMENTO A RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR PÚBLICO - CUMULAÇÃO LEGÍTIMA DE CARGOS - TETO CONSTITUCIONAL - APLICABILIDADE A CADA UM DOS CARGOS - DECISÃO MANTIDA - AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Tratando-se de cumulação legítima de cargos, a remuneração do servidor público não se submete ao teto constitucional, devendo os cargos, para este fim, ser considerados isoladamente. Precedentes.

2. Vedação ao enriquecimento sem causa.

3. Agravo regimental não provido.

(STJ, AgRg no AgRg no RMS 33.100/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2013, DJe 15/05/2013)

Ante o exposto, determino que as rés abstenham-se imediatamente de fazer incidir o teto do art. 37, XI da CF/88 sobre a soma dos valores percebidos pela Autora, razão pela qual DEFIRO o pedido de antecipação da tutela.

Citem-se.

Documento eletrônico assinado por **DIMITRI VASCONCELOS WANDERLEY, Juiz Federal Substituto na Titularidade Plena**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.jfrj.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **510000393809v2** e do código CRC **7a5c8483**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): DIMITRI VASCONCELOS WANDERLEY

Data e Hora: 17/1/2019, às 14:21:13

5001629-85.2019.4.02.5101

510000393809.V2